

COLETIVO DE MULHERES DE CONSTANTINA/RS NA CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS E NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO¹

KUBO, Rumi Regina²; BUBANZ-SILVA, Tamara Raísa³

² Profa. Dra. Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da UFRGS, Porto Alegre, RS, e-mail: rumikubo2002@gmail.com;

³ Doutoranda em desenvolvimento rural, PGDR/UFRGS, Porto Alegre, RS, e-mail: tamara.bubanz@gmail.com

RESUMO

O trabalho objetiva apresentar a experiência do Coletivo de Mulheres do município de Constantina/RS na construção da agroecologia e das relações de gênero na agricultura familiar. A partir de um olhar situado e de valorização dos saberes localizados. Partindo do reconhecimento da luta da agricultura familiar por espaços de representatividade, a análise aborda o Coletivo enquanto espaço de construção da autonomia, discussões de gênero, segurança alimentar e nutricional, produção de alimentos, empoderamento e geração de renda. A organização social e política das mulheres em torno da produção de alimentos agroecológicos, emerge como estratégia para mobilização de suas agências e para constituição de novos processos de (re)existência local.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia; Relações De Gênero; Agricultura Familiar.

INTRODUÇÃO

Para as mulheres da agricultura familiar, a produção de alimentos é uma atividade desempenhada com outros afazeres domésticos, sendo responsável, em muitos casos, pelo cuidado familiar, da horta, dos pequenos animais e de atividades não agrícolas remuneradas fora de casa para aumentar a renda familiar. Todas estas situações evidenciam a sobrecarga de responsabilidades assumidas pelas mulheres aliadas a invisibilidade do seu trabalho, considerado tradicionalmente como trabalho leve e de “ajuda” nas tarefas feitas pelos homens (PAULILO, 1987, 2004).

Muitos movimentos sociais do campo, dentre eles o movimento sindical rural, têm lutado para o reconhecimento social da categoria agricultura familiar e por justiça social através de políticas públicas e garantias de direitos sociais, culturais e ambientais. As mulheres se somam a estas lutas tanto para o fortalecimento da categoria, como, para o seu próprio reconhecimento, enquanto trabalhadora rural, para acessar direitos previdenciários, licença maternidade, linhas de crédito e financiamento, respeito social e cultural.

No início dos anos 2000, as mulheres agricultoras de várias esferas dos movimentos sociais do campo passam a apontar para novas questões, para além daquelas que garantissem o modo de vida camponês. Passando a exigir uma revisão do seu lugar tanto do Estado, quanto na sociedade e nos próprios movimentos. Para muitas, inclusive, a militância agroecológica foi o espaço onde se deu o aprendizado político, passando a construir propostas alternativas e repensando o modelo familiar (SILIPRANDI, 2009).

A partir da experiência do Coletivo de Mulheres busca-se apresentar o trabalho realizado na construção

¹ Trabalho oriundo de dados da pesquisa de doutoramento da segunda autora, realizado no PGDR/UFRGS.

da agroecologia, a partir de projetos de fomento e, como através destes criaram-se espaços para debates sobre autonomia, discussões sobre relações de gênero, segurança alimentar e nutricional, produção de alimentos, empoderamento e geração de renda. Apresentando, também, a trajetória histórica das entidades organizacionais ligadas a agricultura familiar, que criaram um terreno fértil para as iniciativas coletivas.

Seguindo uma perspectiva que desconstrói os universalismos sobre o sujeito abstrato e universal *mulher*, compreendendo as práticas e os saberes feministas como não universalistas, mas profundamente situados (HARAWAY, 1995), este estudo se encontra alinhado com uma certa política de localização (RICH, 2003).

O trabalho será desenvolvido e discutido a partir da apresentação da trajetória das entidades ligadas a agricultura familiar de Constantina e da experiência do Coletivo de Mulheres.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa realizado no município de Constantina, localizado na região norte do Estado do Rio Grande do Sul. Os dados fazem parte dos resultados preliminares da pesquisa de campo realizado para tese de doutorado da segunda autora, junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Foram entrevistadas 03 lideranças e dirigentes sindicais, dentre elas ex-coordenadoras do Coletivo de Mulheres e vereadoras nos meses de janeiro e fevereiro de 2019, no qual serão identificados apenas com as iniciais de seus nomes. A coleta de dados se deu por entrevista em profundidade, também foi realizada pesquisa bibliográfica em materiais como artigos, reportagens, livros e fotos disponibilizadas.

Cabe ressaltar que o Coletivo de Mulheres executou vários projetos, mencionados ao longo do trabalho, mas será feita referência a dois em específico, sendo eles, “Mulheres gerando renda e promovendo o desenvolvimento local sustentável”, desenvolvido pelo Sindicato e Coletivo de Mulheres em parceria com a extinta Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) do Governo Federal, no ano de 2009 e, o projeto “Mulheres organizadas produzindo e comercializando alimentos orgânicos” em convênio com o extinto Departamento de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), executado nos anos de 2014 a 2016.

A análise dos dados gerados nas entrevistas passou por processo de transcrição, sendo organizados e interpretados conforme temas relevantes, como o histórico das organizações, a trajetória pessoal, as dificuldades e superações, com o objetivo de identificar elementos que revelem as dimensões sociais e organizativas na trajetória do Coletivo de Mulheres e, sua contribuição nas experiências agroecológicas e de gênero.

Justificando, assim, a necessidade de fomentar pesquisas sobre experiências das mulheres no contexto da região norte do Rio Grande do Sul. Bem como, pela possibilidade de visibilizá-las para outros locais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para apresentar a experiência do Coletivo de Mulheres no trabalho de incentivo às práticas agroecológicas e das relações de gênero, inicialmente faz-se necessário contar a trajetória organizativa das instituições locais, pois configuraram o ambiente para que tais práticas fossem desenvolvidas.

O município de Constantina localiza-se na porção norte do Estado do Rio Grande do Sul, com uma população estimada de 9752 habitantes (IBGE, 2017). Apresenta um processo de formação socioespacial que congrega colonização de descendentes de imigrantes italianos e alemães, com uma dinâmica populacional em decréscimo, no período entre 1990 a 2008, apresentou 16% de redução e nos anos de 2000 a 2005, a perda mais significativa, quando cerca de 2000 mil pessoas abandonaram o campo (SULZBACHER; NEUMANN, 2011). Esse dado se coloca como um importante ponto problematizador sobre a crise no modelo agrícola, pós modernização na agricultura e a busca por novas alternativas.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF) de Constantina atualmente é filiado à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF- RS/CUT), entidade de representação sindical, social e política.

Historicamente as mulheres do município participavam do movimento, inicialmente, denominado Movimento de Mulheres Agricultoras. Em 1984, buscando como principal reivindicação o seu reconhecimento enquanto trabalhadora rural, para que fossem sindicalizadas. Posteriormente, em 1989, o movimento passa a se chamar Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Com a criação da Via Campesina, no ano de 1999, gradualmente esse movimento se adere e se transforma no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Localmente o corpus de mulheres que ao longo dos anos integravam estes diferentes movimentos, que na sua essência lutavam pelas mesmas pautas, passam a se voltar para seus sindicatos e realizar a luta através do sindicalismo rural.

Cabe mencionar, que o sindicato até o ano de 2001, era filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), com a criação da FETRAF-SUL/CUT¹ que passa a integrá-la. O principal motivo para que ocorresse esta mudança se dá por um novo direcionamento ideológico e político. No seu congresso de criação, realizado no município de Chapecó-SC, a FETRAF-SUL/CUT, por definição institucional determina que as mulheres passem a realizar seus trabalhos vinculados as estruturas do sindicato, através de Coletivos de Mulheres. Com isso, após o congresso, as mulheres de Constantina voltam a seu município e (re)iniciam sua articulação e organização.

Outro elemento importante é que o município, ambiente organizacional, sempre foi terreno muito fértil para criação de entidades de poder popular, que podem ser observadas desde a formação da oposição sindical ao modelo assistencialista, em vigor desde a fundação do sindicato em 1967. A partir de um grupo de jovens organizados pela Pastoral da Juventude Rural e Pastoral da Saúde é formado uma chapa de oposição, eleita em 1986. Com isso passam a intensificar a luta por melhorias na qualidade de vida dos pequenos agricultores (PICOLOTTO, 2006).

Na época vigorava a produção de alimentos diversificados, com produção de sementes de milho crioulo, fazendo o cruzamento de variedades para serem utilizadas tanto em suas propriedades, como para comercialização. Devido à forte pressão de empresas multinacionais que fabricavam e comercializavam sementes selecionadas, no ano de 1995, os agricultores desistem desse projeto de produção de sementes. Iniciando assim uma gradual integração as cadeias agroalimentares em consórcio com empresas, especialmente para produção de suínos, produção de grãos e a utilização dos pacotes tecnológicos, se distanciando de uma produção de alimentos agroecológicos.

Mais tarde foi criada a Cooperativa de Produção (COOPAC), na sede do sindicato, dentre os anos de 1989 a 1992, motivado principalmente ao não recolhimento da produção de leite por parte das empresas, devido ao baixo volume produzido pela agricultura familiar. Atualmente a cooperativa possui sede própria e conta com mais de 700 associados ativos, trabalhando com leite, grãos, insumo e fabricação de ração.

Também na década de 90, é criado junto ao sindicato uma Farmácia Alternativa, devido a preocupações relativas a saúde e prevenção de doenças. Com isso, inicia-se um forte trabalho com horto medicinal e produção de fitoterápicos através da extração de essências das plantas medicinais. Algumas mulheres se especializaram em iridologia, realizando atendimento à população local e regional. Este trabalho continua até os dias atuais, onde as mulheres contam com um espaço específico para atendimento localizado ao lado do sindicato.

Já nos anos de 1995 a 1996, pequenos agricultores encontravam dificuldade de acessar recursos através dos Bancos tradicionais da região, retornando à luta pelo crédito. O sindicato até ajudava na elaboração dos contratos, mas devido à grande burocracia ficava inviabilizada a liberação dos recursos. A partir disso surge a ideia de criar uma cooperativa de crédito. Sendo fundada, em 1998, a Cooperativa de Crédito de Interação Solidária (CRESOL), realiza suas atividades inicialmente na sede do sindicato mas, atualmente possui estrutura própria e um vasto número de associados.

Apesar dos esforços e incentivos dados pelas cooperativas de produção e crédito, ocorria um acelerado êxodo rural, ocasionado por diversos fatores, mas especialmente pela baixa autoestima das famílias. Muitos agricultores reivindicavam melhorias no seu espaço de convivência e no lar, visando, principalmente, reformas e construções de novas casas no espaço rural. Com isso, diversas lideranças se engajaram e fundaram, no ano de 2001, a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos três Estados do Sul (COOPERHAF), iniciando um processo de reforma e construção de novas casas, e mais tarde, iniciaram também trabalhos com as mulheres para construção de jardins, horta e pomar.

A organização das entidades não parou por aí, ocorrendo mais tarde, ações voltadas para agroindústrias familiares. Em 2003, foi criada a Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda (COOPERAC), com o principal intuito de promover a produção e a comercialização de derivados da cana-de-açúcar, de leite, embutidos de carne e panificados (SULZBACHER; NEUMANN, 2011).

Com as inúmeras iniciativas nas esferas de produção, crédito, habitação e agroindustrialização que existiam no município e que as mulheres ajudaram a construir e a consolidar, observava-se que os espaços de direção ainda não eram ocupados por elas. Havia o reconhecimento de várias mulheres nas lideranças sindicais,

mas que realizavam trabalhos secundários. O que reforçava a necessidade de articular um espaço somente para as mulheres, principalmente para se fortalecerem e se sentirem preparadas para ocupar cargos de direção nas entidades locais.

Desta forma, em 2003, é criado o Coletivo de Mulheres, cujo o “objetivo é organizar, e fazer com que as mulheres agricultoras familiares começassem a participar das entidades e mobilizações, ocupando seu espaço na sociedade bem como nas propriedades através do planejamento, acesso ao crédito, geração de renda e agregação de valor ao que produzem” (TOMAZZELI; LAZZARETTI, 2010, pg.12).

Observa-se que apesar da definição política da entidade FETRAF-SUL/CUT, o processo local levou a criação do Coletivo de Mulheres com o intuito de incentivar as mulheres à participação e à ocupação dos espaços de liderança. A partir da criação do Coletivo iniciam-se reuniões nas comunidades para mobilização e formação das mulheres. Conforme podemos verificar no trecho da entrevista com C., uma das coordenadoras do Coletivo na época de sua criação, onde cita alguns desafios *iniciais*: *Então a partir dali que a gente começou a participar da vida sindical, trabalhar aqui no sindicato, trabalhamos quase dois anos fazendo roteiro nas comunidades (...). Depois ficamos trabalhando um ano e meio sem receber nenhum um centavo, porque não tinha dinheiro, ou melhor, até tinha dinheiro, mas de fato eles queriam que nós trabalhássemos e depois a partir do trabalho nosso, que deu certo, é que daí a gente poderia receber alguma coisa para trabalhar nisso.*

Então nós ficamos um ano e meio trabalhando como voluntárias, apenas com a estrutura da entidade.

No início do trabalho do Coletivo, duas coordenadoras iniciaram as atividades a partir da estrutura do sindicato, mesmo sem recursos próprios realizavam muitas atividades, neste ponto o apoio das entidades locais foi fundamental, segundo elas íamos pedir dinheiro aqui e ali, na Cresol e Coopac (S.). Observando o poder de agência e articulação das mesmas, passaram a organizar encontros municipais e regionais de formação, capacitação, dias de campo em parceria com a EMATER-ASCAR/RS. Vale ressaltar que o Coletivo desenvolvia atividades não apenas no município de Constantina, mas também, em Rondinha, Novo Xingú, São José das Missões, no qual abrangia também a atuação do sindicato.

Uma das noções da agência humana, considera que aos atores sociais é atribuída a capacidade de processar a experiência social e mobilizar distintas maneiras de lidar com a vida, mesmo em situações de extrema coerção, especialmente pela “capacidade de saber” e “capacidade de atuar” frente aos problemas (LONG, 2007). E a atitude das mulheres do Coletivo demonstram que em inúmeras situações mobilizaram recursos e conseguiram encontrar saídas para as dificuldades, especialmente naquelas que envolviam recursos financeiros.

Principalmente, a partir do primeiro governo Lula (2003 – 2011), muitos editais de incentivo popular começam a ser lançados, proporcionando uma oportunidade para as mulheres de financiar suas atividades. Na época não sabiam como elaborar projetos para concorrer aos recursos, com isso, buscaram parceria com o Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), com sede em Passo Fundo/RS. Conseguiram, assim, aprovar um recurso de 36 mil reais, alto valor na época, numa chamada específica para igualdade racial e de gênero. A partir de então o trabalho começa a ganhar visibilidade e a se fortalecer, principalmente na capacitação e qualificação sobre os direitos sociais das mulheres e seu papel na gestão da propriedade, com foco nas

temáticas de gênero, meio ambiente e Lei Maria da Penha. A metodologia de trabalho era através de seminários, oficinas temáticas e intercâmbios entre os municípios, contando com a participação massiva das mulheres, que vislumbravam um momento de integração e descontração entre elas.

A partir da aprovação do primeiro projeto, as coordenadoras iniciaram elaboração de diversos projetos, agora não mais com ajuda externa, se empoderando também de um espaço de elaboração, execução e prestação de contas dos recursos federais. Começam, então, a ganhar total autonomia dentro do sindicato, realizando reuniões, articulando os projetos e mobilizando as agricultoras de um modo geral, principalmente as que não eram sócias do sindicato. Conforme podemos observar no trecho a seguir, chegaram a cogitar na criação uma estrutura própria, devido à forte atuação que estavam desenvolvendo: *E a partir dali a gente até pensava em criar uma estrutura própria do Coletivo de Mulheres, até nós chegamos a debater estatuto com as mulheres, enfim, só que a gente viu que não tinha como criar uma estrutura própria porque o Coletivo era o sindicato. Quando falo sindicato, falo FETRAF também, então não tinha porque criar uma estrutura independente das entidades (C.).*

O trabalho com as mulheres ia se desenvolvendo e os principais temas mobilizadores eram relações de gênero na agricultura familiar e meio ambiente. Aqui, quando se refere a relações de gênero requer lembrar que na agricultura familiar, o espaço de vida e de trabalho são os mesmos, e quando não há reconhecimento do trabalho da mulher, ocorre desigualdade intrafamiliar. Por isso, da necessidade de se trabalhar tal temática com formação e debate envolvendo toda a família. Foram, assim, realizadas diversas oficinas, envolvendo em alguns momentos, somente as mulheres e em outros o grupo familiar também.

Como resultado destas oficinas foram levantados alguns desafios a serem enfrentados neste tema. Dentre eles, estimular as famílias a manterem este debate na educação dos filhos e jovens; resgatar a importância do diálogo dentro das famílias construindo espaços iguais de participação de cada membro; democratizar as decisões de tal forma que a família participe ativamente de todas as decisões estruturais; respeitar e considerar as especificidades de cada membro; avançar na construção de condições jurídicas e políticas que favoreçam igualdade entre ambos, principalmente sobre as heranças e; ampliar o número de mulheres nas direções de organizações e nos poderes executivo e legislativo. Logo, estabelecer novas relações de gênero na agricultura passa pelo cuidado integral da vida, do cuidado das pessoas, das relações humanas, da ecologia, do ambiente e do mundo dentre outros (MAGRI, 2010).

O trabalho desenvolvido pelo Coletivo demonstrava avanços na construção de relações mais iguais dentro das famílias, sendo essa uma das principais dificuldades relatadas pelas mulheres nos inúmeros encontros. Paralelamente, outros assuntos começam a ganhar destaque, inicialmente fazendo parte do debate mais amplo sobre “meio ambiente” e que depois acaba sendo focado para a temática de agroecologia. O interesse principal se dava pela preocupação das mulheres na produção de alimentos saudáveis para suas famílias e a necessidade de se pensar num novo modelo de produção.

O trabalho se desenvolveu na realização de seminários para conscientização do uso abusivo de agrotóxicos, incluindo a questão da alimentação saudável, o adoecimento versus alimentação, e a introdução

sobre alimentos orgânicos e agroecológicos. Tais atividades chegaram a contar com a participação de mil mulheres da região. Também foram realizadas oficinas para mapear mulheres e jovens que haviam iniciado a produção de hortaliças, bem como outros alimentos, visando que fosse de seu interesse, realizar a transição agroecológica. O trabalho de mapeamento contou com a parceria da EMATER-ASCAR/RS, após este trabalho foram realizadas visitas nas propriedades dessas mulheres convidando-as para participar das atividades de formação e capacitação em agroecologia.

A partir disso, foram realizadas oficinas que abordavam o modo de produção, tipos de culturas, preparo de adubos e demais métodos necessários para a produção. Todos estes temas foram trabalhados na teoria e na prática, proporcionando segurança na hora de pôr em prática os conhecimentos adquiridos. Também foram realizadas viagens de intercâmbio, para troca de experiências. As coordenadoras do Coletivo relatam que desde a primeira viagem verificou-se mudanças positivas nas propriedades locais, pois as novas realidades visitadas proporcionavam ideias para serem aplicadas em suas propriedades, com novos produtos e até com o fomento ao turismo rural. Outra atividade que teve muito êxito foi o dia de campo sobre produção de alimentos saudáveis, realizado na propriedade de uma das integrantes do Coletivo, onde foram processados e saboreados alguns alimentos, dentre eles frutas.

O projeto foi impulsionador de várias experiências agroecológicas no contexto local, contando com a parceria de profissionais e técnicos ligados ao tema, incentivando o acompanhamento da assistência técnica oficial, incentivando muitas agricultoras a investirem na produção de alimentos agroecológicos, gerando autonomia frente aos processos produtivos e renda na comercialização de seus produtos.

Também como resultado deste processo, no seminário final do projeto foi realizada uma feira com os produtos agroecológicos, acarretando na realização de uma feira permanente. Para se ter uma noção da importância deste processo e da realização da feira, segue o depoimento da C., *hoje nós temos a feira aqui (Constantina), em Liberato Salzano ajudou a potencializar o que já tinha lá. Temos mulheres de Rondinha e São José que vêm para cá, ajudando muito as mulheres de lá. Então assim, de todos os projetos este foi muito importante, pois impulsionou a geração de renda na agricultura familiar, das mulheres. Se tu fores na feira da agricultura familiar hoje, 99% são mulheres que estão vendendo lá, os homens até vêm para ajudar a trazer os produtos, mas eles ficavam lá fora, nem ficam, porque ali é o espaço das mulheres.*

Conforme visto, o Coletivo impulsionou a mobilização de inúmeras mulheres da região para que ocorresse a transição para uma produção agroecológica, além disso, incentivou uma mudança no padrão das relações de gênero, criando espaço para o diálogo entre os membros da família. Observa-se que a partir destas ações foram realizadas também o fomento à produção de alimentos saudáveis e a segurança alimentar e nutricional, criando autonomia e geração de renda para as mulheres.

De acordo com Menasche et al. (2008), são as mulheres as principais responsáveis pela produção para o autoconsumo, pelo preparo das refeições e, pela escolha dos alimentos para suas famílias, sendo estes alimentos bastante diversos e livres de contaminantes. Esse fato, reforça a importância do trabalho das mulheres na produção e promoção de uma alimentação saudável e ambientalmente sustentável. Mas com o avanço da

modernização da agricultura, o ambiente tem se tornado contaminado pelo uso de agrotóxicos sendo necessário repensar o modelo produtivo.

Outra reflexão realizada pela autora Schaff (2003), ao analisar os movimentos de mulheres rurais no sul do Brasil, mostra como esta interface com o ambientalismo se construiu a partir de uma preocupação com a saúde das pessoas e recolocou o tema do modo de vida “natural” para as mulheres. Podendo ser observado que quando as famílias mudam para modelos de produção mais ecológicos, como a agroecologia, frequentemente esta mudança ocorre induzida pelas mulheres, por conta de suas preocupações com o cuidado da família e esgotamento dos recursos naturais.

Cabe mencionar também que a preocupação das mulheres quanto à saúde e produção de alimentos saudáveis para família, configura-se como o papel tradicional atribuído a elas, o qual deve ser problematizado, no tocante à naturalização do cuidado ser atribuído somente as mulheres (PIRES, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido pelo Coletivo de Mulheres de Constantina cumpriu um importante papel na construção de experiências agroecológicas, a partir de cursos de formação e capacitação, incentivando a produção de alimentos saudáveis, a comercialização e a realização da feira da agricultura familiar de modo permanente. A partir desse processo algumas reflexões surgem e vão ao encontro da oferta de políticas públicas e da condução política do sindicato frente ao Coletivo de Mulheres.

Com a extinção de vários órgãos federais, como a SPM e o próprio MDA, vários editais que fomentavam a organização das mulheres rurais, bem como a produção orgânica e agroecológica, deixam de existir, impactando, de certa forma, na articulação de inúmeras práticas locais, como as relacionadas ao feminismo e agroecologia. No município de Constantina, verifica-se que após o corte das verbas financeiras via editais inúmeras atividades deixam de existir, principalmente aquelas com foco nas mulheres.

A atual visão política do sindicato tem contribuído para o distanciamento das mulheres e para o conseqüente enfraquecimento do Coletivo, uma vez que as ações passam a ser direcionadas apenas para os/as sócios(as). Muitas mulheres que participavam do Coletivo não eram sindicalizadas, mas conforme podemos verificar nos depoimentos, as mesmas sempre participaram das mobilizações em defesa da categoria de agricultura familiar, fortalecendo a luta comum. No entanto, por um certo período o Coletivo cogitou na hipótese de criar uma entidade própria, mas por entender que deveriam fortalecer as entidades existentes, ocupando cargos na direção não o fizeram.

A participação das mulheres nos espaços de direção das principais entidades locais da agricultura familiar, como sindicato, Coopac e Cresol continua reduzido, pois o Coletivo, que se configurava como um espaço para fortalecimento e construção dessas lideranças, encontra-se com suas atividades paradas. Um dos avanços verificados é a ocupação de cargos no legislativo municipal, sendo que três integrantes do Coletivo foram eleitas vereadoras no último pleito.

Atualmente o Coletivo de Mulheres se encontra em processo de desmobilização, muito em função da nova visão do presidente do sindicato mas, também, e pela falta de recursos via projetos federais. Um dos espaços considerados 'das mulheres' que permanecem ativos são o da Farmácia Alternativa, que possui uma longa trajetória de atuação, uma vez que a manutenção financeira é feita pelo sindicato, que paga a liberação de algumas mulheres para realizarem o trabalho. E outro é a feira da agricultura familiar, construída a partir do fomento à agroecologia, sendo um resultado positivo do trabalho desenvolvido.

Historicamente o município de Constantina se caracteriza como um local de inúmeras iniciativas populares, sendo verificado, ao longo dos anos, a construção de entidades como cooperativas de produção, crédito e agroindustrialização - um trabalho desenvolvido por muitas mãos, sendo elas de homens e mulheres da agricultura familiar. Espera-se que frente as inúmeras dificuldades postas para continuação do Coletivo de Mulheres, elas encontrem, através de seu poder de agência, uma alternativa para continuar o trabalho e contribuir para um desenvolvimento local mais feminista e agroecológico.

REFERÊNCIAS

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. San Luis de Potosí/México: El Colegio de San Luís, 2007. 499 p.

MAGRI, Cledir. **Gênero e agricultura familiar: uma breve reflexão**. In: MAGRI, Cledir; TOMAZLLI, Cleusa Rabaiolli; LAZZARETTI, Sirlei Inês (Orgs). Gênero e agricultura familiar: reconstruindo novas relações. Ed: Pluma Gráfica-Editora, Frederico Westphalen, 2010. p. 19-28.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida. **Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação**. Revista de Nutrição, Campinas, v. 21, p. 145-158, 2008.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **O peso do trabalho leve**. Ciência Hoje. Rio de Janeiro, v.5, n.28, p. 64-70, 1987.

_____. **Trabalho familiar: Uma categoria esquecida de análise**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, 2004.

PICOLOTTO, E. L. **Sem medo de ser feliz na agricultura familiar: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

PIRES, Patrícia Vitória. **E fazer "tudo direitinho": cuidados e enfrentamentos nas políticas de saúde em resposta ao HIV/AIDS em mulheres**. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RICH, Adrienne. **Notes toward a politics of location**. In: MCCANN, Carole; KIM, Seung-kyung. (Org.). Feminist local and global theory reader. New York: Routledge, 2003. p. 247-259.

SCHAAF, Alie van der. **Jeito de Mulher Rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, no 10, jul/dez 2003, p. 412-442



SILIPRANDI, Emma. **Um olhar ecofeminista sobre a luta por sustentabilidade no meio rural.** In:

PETERSEN, Paulo (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. AS-PTA, Rio de Janeiro, 2009. p. 139-152

SULZBACHER, Aline Weber; NEUMANN, Pedro Selvino. **Uma experiência de organização social em prol da rede de agroindústrias familiares: o caso da COOPERAC de Constantina/RS.** ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 5, n. 9, jan./jun. de 2011. p.105-116.

TOMAZLLI, Cleusa Rabaiolli; LAZZARETTI, Sirlei Inês. **Mulheres gerando renda e promovendo o**

desenvolvimento local sustentável. In: MAGRI, Cledir; TOMAZLLI, Cleusa Rabaiolli; LAZZARETTI, Sirlei Inês (Orgs). Gênero e agricultura familiar: reconstruindo novas relações. Ed: Pluma Gráfica-Editora, Frederico Westphalen, 2010. p. 15-18.